

1º SIMULADO ESTILO CESPE

TJ-AM

ANALISTA JUDICIÁRIO



Estratégia
CONCURSOS

Simulado Especial

Simulado TJ AM – Analista Judiciário

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ AM;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos previstos no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://estr.news/Simulado-TJ-AM-Analista-20-07>

01 – C E
02 – C E
03 – C E
04 – C E
05 – C E
06 – C E
07 – C E
08 – C E
09 – C E
10 – C E
11 – C E
12 – C E
13 – C E
14 – C E
15 – C E
16 – C E
17 – C E
18 – C E
19 – C E
20 – C E
21 – C E
22 – C E
23 – C E
24 – C E

25 – C E
26 – C E
27 – C E
28 – C E
29 – C E
30 – C E
31 – C E
32 – C E
33 – C E
34 – C E
35 – C E
36 – C E
37 – C E
38 – C E
39 – C E
40 – C E
41 – C E
42 – C E
43 – C E
44 – C E
45 – C E
46 – C E
47 – C E
48 – C E

49 – C E
50 – C E
51 – C E
52 – C E
53 – C E
54 – C E
55 – C E
56 – C E
57 – C E
58 – C E
59 – C E
60 – C E
61 – C E
62 – C E
63 – C E
64 – C E
65 – C E
66 – C E
67 – C E
68 – C E
69 – C E
70 – C E
71 – C E
72 – C E

73 – C E
74 – C E
75 – C E
76 – C E
77 – C E
78 – C E
79 – C E
80 – C E
81 – C E
82 – C E
83 – C E
84 – C E
85 – C E
86 – C E
87 – C E
88 – C E
89 – C E
90 – C E
91 – C E
92 – C E
93 – C E
94 – C E
95 – C E
96 – C E

97 – C E
98 – C E
99 – C E
100 – C E
101 – C E
102 – C E
103 – C E
104 – C E
105 – C E
106 – C E
107 – C E
108 – C E
109 – C E
110 – C E
111 – C E
112 – C E
113 – C E
114 – C E
115 – C E
116 – C E
117 – C E
118 – C E
119 – C E
120 – C E

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS****Procrastinação**

A procrastinação pode ser uma inimiga da rotina para quem não consegue fugir dela. Adiar as tarefas é contraprodutivo quando se quer otimizar o tempo e tirar o máximo de um dia. Mas é um problema tão enraizado no ser humano, que pesquisadores conseguiram compilar uma coletânea de filósofos que estudaram o tema ao longo da história. E como parar de procrastinar?

Tratar uma questão praticamente intrínseca às pessoas (salvo exceções) com técnicas ditas “fáceis”, como hacks (termo bastante usado no mundo virtual que trata de alguma técnica que pode ajudar o usuário a conseguir alguma melhoria em um programa), então, tem uma eficiência limitada. Por isso, o site Quartz criou um guia, que combina hacks com táticas pessoais para você examinar seus processos internos. E, assim, criar uma “própria abordagem holística” para parar de procrastinar – de uma vez por todas.

Procrastinação: o que é?

Procrastinar é simplesmente o ato de adiar o cumprimento de uma tarefa que precisa ser realizada. “Você sabe o que deve fazer e não é capaz de fazer. É uma lacuna entre intenção e ação”, resume o psicólogo Timothy Pynchyl, da Universidade Carleton.

Pode ser algo consciente ou feito inconscientemente. Em ambos os casos, inclui uma decisão de “empurrar” a atividade. Isso é feito principalmente se dedicando a outras tarefas – muitas vezes, de menor importância e mais prazerosa.

Por exemplo, se você precisa arrumar o seu quarto com urgência, mas, em vez disso, assistiu a um filme e respondeu a e-mails, você procrastinou.

É algo mais comum na rotina do que parece, não? Porém, é extremamente prejudicial para quem quer ser eficiente: em uma pesquisa realizada pela Fundação Estudar, em parceria com a MindMiners, 52% dos que responderam afirmaram que a procrastinação é, de fato, o maior inimigo da sua produtividade.

Por que a procrastinação acontece?

Embora pareça um mal da vida moderna, procrastinar é uma realidade desde as civilizações antigas. O poeta grego Hesíodo, por exemplo, escreveu, por volta de 800 a.C., “deixar seu trabalho até amanhã e no dia seguinte”.

De forma geral, o cérebro humano “se rende” à procrastinação porque tem preferência pela recompensa imediata. Por isso, tende a lutar com tarefas que prometem vantagens futuras em troca de esforços presentes.

“Isso porque é mais fácil para nossos cérebros processarem coisas concretas em vez de abstratas, e o incômodo imediato é muito tangível em comparação com aqueles irreconhecíveis e incertos benefícios futuros”, explica a especialista Caroline Webb em artigo da Harvard Business Review.

Alguns lidam mais frequentemente com a procrastinação porque ela é influenciada por fatores genéticos. Além disso, as circunstâncias “negativas” de uma tarefa também podem contribuir, se algo é desagradável de fazer, ou mais complexo, por exemplo.

<https://www.napratica.org.br>

Considerando as ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue os itens a seguir.

01. Entende-se do texto que a procrastinação nasceu das turbulências da vida moderna, principalmente por meio das redes sociais.

02. Conforme dados da pesquisa realizada pela Fundação Estudar, em parceria com a MindMiners, mais da metade dos entrevistados entende que a procrastinação prejudica sobremaneira a produtividade.

03. Segundo a última Reforma Ortográfica, a palavra “contraprodutivo” (linha 3) deve ser grafada com hífen: **contra-produtivo**.

04. O vocábulo “compilar” (linha 5) está sendo empregado no sentido de anexar, colocar como apêndice.

05. A palavra “empurrar” (linha 24) tem valor conotativo e transmite a essência do sentido de procrastinar.

06. A pergunta “É algo mais comum na rotina do que parece, não?” (linha 30) remete à ideia de que o leitor possivelmente tenha se identificado com a informação anterior.

07. O pronome “se” (linha 25) pode se posicionar imediatamente após o verbo “dedicando”.

08. A troca de posição dos adjetivos “irreconhecíveis e incertos” (linha 48) não prejudica a correção gramatical, nem os sentidos no texto.

09. A substituição da conjunção “Embora” (linha 37) pela conjunção **Conquanto** prejudicaria o sentido original do texto.

10. As aspas nas expressões “se rende” (linha 41) e “negativas” (linha 53) sinalizam uma citação direta.

11. A substituição do vocábulo “se” (linha 54) por **quando** mantém a coerência no texto e a correção gramatical.

12. Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original no texto, se a vírgula antes da palavra “que” (linha 20) for excluída.

13. O emprego do modo subjuntivo na forma verbal “pareça” (linha 37) depende sintaticamente da presença da conjunção “Embora” (linha 37).

14. As duas ocorrências da preposição “por”, nas expressões “pela recompensa imediata” (linhas 42 e 43) e “por fatores genéticos” (linha 52), mantêm o mesmo sentido no texto.

15. O verbo "tende" (linha 43) concorda com o termo "recompensa imediata" (linhas 42 e 43).
16. Na linhas 41 e 42, ocorre o acento indicativo de crase em "à procrastinação", tendo em vista a exigência da preposição "a" pelo verbo "rende" e pela presença do artigo "a" diante do substantivo "procrastinação".
17. Na linha 43, a fim de manter a clareza e a coerência nas informações do texto, pode-se substituir a preposição "com" por **contra**.
18. A vírgula após "exemplo" (linha 27) pode ser excluída, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original no texto.
19. As expressões "o ato de adiar o cumprimento de uma tarefa" (linhas 18 e 19), "algo consciente ou feito inconscientemente" (linha 23), "algo mais comum na rotina do que parece" (linha 30), "extremamente prejudicial" (linha 31), "o maior inimigo da sua produtividade" (linhas 34 e 35) se referem, direta ou indiretamente, à ideia de procrastinação.
20. O trecho "as circunstâncias 'negativas' de uma tarefa também podem contribuir" (linha 53) mantém o mesmo sentido ao ser reescrito da seguinte forma: **as situações negativas também de uma tarefa devem contribuir**.

GEOGRAFIA DO AMAZONAS

Jugue os itens a seguir com relação aos múltiplos aspectos geográficos do estado do Amazonas.

21. O rio Purus constitui-se em uma importante hidrovia por onde circulam embarcações transportando a soja produzida no Centro-Oeste, além de ser um importante caminho para a entrada e saída de mercadorias entre o Amazonas e o Brasil.
22. Os arquipélagos de Mariuá e Anavilhanas, que estão entre os maiores do mundo, localizam-se no Rio Negro, que banha a capital Manaus.
- Com relação aos municípios amazonenses, julgue os seguintes itens.
23. O Amazonas conta com grandes municípios que em área territorial são maiores do que vários estados brasileiros e dezenas de países do mundo.
24. Por se situar entre duas fronteiras, em uma área de tríplice fronteira, São Gabriel da Cachoeira é uma cidade estratégica no planejamento de fronteiras do Brasil.

25. Novo Airão, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Coari são cidades localizadas ao longo do rio Negro.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PODER JUDICIÁRIO

26. A Organização Judiciária do Estado do Amazonas é realizada por meio de leis estaduais de iniciativa concorrente entre o Tribunal de Justiça e o Governador do Estado.
27. A justiça militar estadual é exercida, em primeira instância, com jurisdição em todo o Estado, pelo Juiz Auditor, Juiz Auditor Substituto, e pelos Conselhos de Justiça Militar.
28. A Justiça de Paz será exercida por Juiz de Paz eleito, segundo o princípio majoritário, para mandato de quatro anos, pelo voto direto, universal e secreto do eleitorado do Município respectivo, permitida uma reeleição.
29. O Tribunal de Justiça tem como Órgãos Julgadores o Tribunal Pleno, Órgão Especial, as Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais, as Câmaras Reunidas e o Conselho da Magistratura.
30. Um quinto dos cargos de desembargador devem ser preenchidos por membros do Ministério Público e por advogados em efetivo exercício da profissão.
31. Para fins de administração do Poder Judiciário, o Estado do Amazonas tem como unidades judiciárias Comarcas, Termos Judiciários, Distritos e Varas Judiciais.

ACESSIBILIDADE

Jugue os itens seguintes a respeito da Lei 13.146/2015.

32. A pesquisa científica com pessoa com deficiência é expressamente vedada quando estiver sujeita a regime de curatela.
33. São vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição.
34. A pessoa com deficiência tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais de seu interesse, exceto no exercício da advocacia, hipótese em que o juízo verificará o interesse da justiça em ofertar autos de forma acessível.

35. Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROCESSO DIGITAL

36. Renato da Costa possui em sua casa diversos dispositivos conectados em uma rede cuja topologia é classificada como topologia em estrela. Sua carinhosa filha – Belinha – voltou da escola e foi correndo abraçar seu papai. No caminho, ela tropeçou no cabo que ligava o notebook de seu pai ao dispositivo central da rede e acabou desconectando-o. Pode-se afirmar que – apesar do incidente – não haverá comprometimento de outros dispositivos e suas conexões.

37. Um conhecido professor do Estratégia Concursos desfila com regularidade em carnavais cariocas. Durante uma dessas festas, esse professor recebeu um e-mail urgente em que seu chefe requisitava que ele acessasse a intranet de seu departamento para disponibilizar um relatório. Considerando que esse professor só dispunha de um smartphone e acesso à rede 4G, pode-se afirmar que ele não conseguiria executar o pedido de seu chefe tendo em vista que o acesso à intranet necessita de tecnologias específicas diferentes daquelas disponíveis na internet.

38. Sabe-se que aplicativos reprodutores de vídeo possuem uma funcionalidade que permite a reprodução de vídeos em tela cheia, isto é, ocupando toda a tela de um monitor. De maneira análoga, é possível também visualizar páginas em um navegador em tela cheia. Para tal, basta utilizar o atalho F12 no Google Chrome, Internet Explorer ou Mozilla Firefox.

39. O princípio de segurança da informação conhecido como irreversibilidade impede que o autor recuse que ele é o autor de determinada mensagem. Em outras palavras, o emissor não pode negar ou repudiar a autoria do envio.

40. Rootkit é um conjunto de programas e técnicas que permite esconder e assegurar a presença de um invasor ou de outro código malicioso em um computador comprometido. Em geral, ele infecciona os arquivos e pastas, mantendo incólume o sistema operacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Julgue os itens a seguir sobre o Direito Administrativo.

41. A descentralização é medida utilizada para criar nova entidade administrativa ou para delegar a prestação de serviços públicos, dependendo, no primeiro caso, de lei específica para criar ou autorizar a criação de entidade

e, no segundo caso, poderá ocorrer mediante contrato ou ato administrativo, conforme o caso.

42. Segundo entendimento do STF, os empregados de empresas públicas não possuem estabilidade, mas a demissão desses agentes depende da instauração de processo administrativo disciplinar.

Considerando o regime jurídico dos atos administrativos e dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

43. A taxa é espécie de tributo cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia, exigindo necessariamente a realização de visita in loco como requisito para a sua cobrança.

44. A delegação do poder de polícia a entidades administrativas de direito privado poderá ocorrer em seus aspectos de consentimento e de fiscalização.

45. A concessão de aposentadoria constitui ato administrativo complexo, motivo pelo qual, em regra, não se exige a concessão do contraditório e ampla defesa na apreciação do ato, para fins de registro, realizada pelo Tribunal de Contas.

46. A convalidação de ato administrativo opera efeitos ex tunc, mas não poderá ser realizada quando houver a impugnação expressa do ato viciado.

O motorista de um ônibus atropelou um ciclista que trafegava adequadamente na ciclovia. Considerando, hipoteticamente, que o motorista estava dirigindo o ônibus de uma concessionária pública responsável, mediante concessão, pelo transporte público em determinado município, julgue os itens a seguir.

47. A responsabilidade civil pela reparação dos danos sofridos pelo ciclista caberá à concessionária de transporte público municipal, de forma objetiva, uma vez que este tipo de responsabilidade se aplica aos danos causados aos usuários e aos não usuários do serviço.

48. Como o motorista não é agente público, não caberá ação de regresso contra o motorista, ainda que ele tenha agido negligentemente.

Após regular processo administrativo, João sofreu as penas de multa e de suspensão de atividade por supostamente não observar as regras sobre o exercício de sua atividade profissional. Inconformado com o caso, João interpôs recurso administrativo.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 e que não existe lei específica sobre o processo administrativo analisado.

49. A tramitação do recurso dependerá do depósito do valor da multa a título de caução, que será liberado ao final do processo se o recurso apresentado for deferido.

50. Em regra, o recurso apresentado por João não terá efeito suspensivo, motivo pelo qual a suspensão produzirá os seus efeitos, ainda que pendente a tramitação do recurso.

Fernando liberou recursos públicos para a realização de uma obra de interesse de determinado grupo social. Meses depois, os órgãos competentes identificaram que Fernando recebeu um depósito em dinheiro efetuado pela empresa responsável pela execução da obra.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes nos termos da Lei nº 8.429/1992.

51. A empresa não responderá por ato de improbidade, uma vez que o conceito de terceiros, para os fins de Lei de Improbidade, alcança apenas pessoas físicas.

52. A aplicação das sanções pelo ato de improbidade somente será cabível se demonstrado que houve prejuízo ao patrimônio público.

Considerando as normas sobre licitações e contratos administrativos, julgue as questões a seguir.

53. A margem de preferência, que constitui exceção ao princípio da isonomia nos processos licitatórios, poderá ser estendida aos bens e serviços originários dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - Mercosul.

54. Constitui fato do príncipe a ação estatal que, de forma direta, imediata e específica, desequilibre a equação econômico-financeira do contrato, exigindo a revisão de suas condições pactuadas inicialmente.

55. No regime diferenciado de contratações públicas, quando adotado o critério de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço, será permitida a atribuição de fatores de ponderação distintos para valorar as propostas técnicas e de preço, sendo o percentual de ponderação mais relevante ficará limitado a 80% (oitenta por cento).

DIREITO CONSTITUCIONAL

56. Os estrangeiros em trânsito no território nacional são titulares de direitos e garantias fundamentais.

57. Os Tribunais de Contas têm a prerrogativa de requisitar às instituições financeiras informações sobre operações de crédito originárias de recursos públicos, sem que se possa dizer que há violação ao sigilo bancário.

58. O Ministério Público poderá, após regular processo administrativo, determinar a suspensão das atividades de

associação que, no seu estatuto, tenha ideias de apologia ao racismo.

59. Caso a ação popular seja julgada improcedente, o autor popular será isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má fé.

60. Havendo negativa da Administração Pública em fornecer a interessado acesso aos autos de processo administrativo, será cabível habeas data.

61. Segundo o STF, provas ilícitas que sejam necessárias para a condenação de réu participante de organização criminosa não precisam ser expurgadas do processo.

62. O desmembramento de parcela do território de um Estado com o objetivo de formar um novo Estado exige prévia consulta plebiscitária a toda a população daquela unidade da federação.

63. Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

64. A instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) depende de requerimento de um terço dos membros da Casa Legislativa, o qual será submetido à apreciação pelo Plenário.

65. É válida a norma da Constituição do Estado que impõe a sabatina, pela Assembleia Legislativa, daquele que foi escolhido pelo Governador para preencher vaga no Tribunal de Justiça reservada ao quinto constitucional.

66. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os Tribunais do Poder Judiciário possuem competência correicional e disciplinar concorrentes.

67. O Presidente da República poderá editar medida provisória sobre organização do Poder Judiciário, carreira e garantia dos seus membros.

68. Medida provisória não poderá dispor sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

69. O princípio da indivisibilidade impede que os membros do Ministério Público sejam substituídos uns pelos outros no decorrer de um processo.

70. Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) possuem mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

DIREITO CIVIL

- 71.** Em regra, o juiz conhece a lei, mas nos casos de direito estrangeiro, direito consuetudinário, direito estadual e direito municipal, essas leis devem ser provadas pelo interessado. A interpretação dessas normas pode ser feita pela interpretação teleológica, que é aquela na qual o intérprete é o próprio órgão que emanou a norma.
- 72.** José, cantor profissional, usa o nome artístico Alessandro, há alguns anos. Cesar, vizinho de José, publicou em suas redes sociais a seguinte declaração: "O cantor Alessandro é alcoólatra, não respeita os vizinhos, trai sua esposa e sempre sai com prostitutas". Diante da declaração de Cesar, é correto afirmar que ele será responsabilizado, dado que o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória e, o pseudônimo possui a mesma proteção dada ao nome.
- 73.** Gertrudes, prometeu a sua neta Rafaela que lhe doaria um apartamento, desde esta se compromettesse a cuidar dela na velhice, quando não puder mais cuidar de si mesma. Esta doação está sujeita a condição suspensiva, que só será alcançada quando Rafaela passar a cuidar de Gertrudes.
- 74.** É nulo o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito, por fraude contra credores ou for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;
- 75.** Mateus, atualmente com dezenove anos, cursando ensino superior, recebe alimentos de seu pai, Pedro. Contudo, durante alguns meses, quando Mateus tinha quinze anos, Pedro deixou de prestar os alimentos, parcelas estas que ainda não foram pagas. Sobre o caso, é correto afirmar que Mateus poderá requerer os alimentos não pagos, tendo em vista que a prescrição fica impedida durante o poder familiar.
- 76.** O principal efeito da resolução é extinguir o contrato ex tunc. Dessa forma, em relação às partes, as prestações executadas devem ser reciprocamente restituídas, restabelecendo-se o status quo ante. Caso se trate de cláusula resolutiva tácita, será necessária a intervenção judicial para a prova do inadimplemento.
- 77.** Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Assim, há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- 78.** Silvio, possui deficiência mental e possui o discernimento reduzido. Paulo está em coma no hospital, sem previsão de melhora. Marcos tem 15 anos. Sobre a capacidade, é correto afirmar que apenas Paulo é considerado relativamente incapaz.

79. Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento exclusivo dos herdeiros, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.

80. Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes ou aos pais, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Em relação às Teorias da Ação, julgue os itens seguintes.

81. O atual Código Processo Civil adota expressamente a teoria eclética da ação.

82. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

No que diz respeito à capacidade de ser parte, julgue os itens seguintes:

83. A criança, embora tenha capacidade de ser parte, não detém capacidade processual em sentido estrito, razão pela qual é obrigatório nomear curador especial quando demandada.

84. O cônjuge necessitará do consentimento do outro cônjuge para propor ação que verse sobre direito real imobiliário independentemente do regime de casamento adotado.

No que diz respeito à prática dos atos processuais, julgue os itens seguintes.

85. Os atos processuais são, em regra, públicos. Admite-se o trâmite de segredo de justiça quando o interesse público ou econômico o exigir, bem como nas demandas que versem - além de outras hipóteses - sobre casamento, divórcio, separação e união estável.

86. As partes podem fixar calendário para a prática de atos processuais, cabendo ao juízo tão somente o controle da legalidade desses atos, uma vez que se trata de negócio jurídico processual típico.

87. Citações, intimações e penhoras podem ocorrer, independentemente de autorização do juiz, no período de férias forenses, feriados e, inclusive, em dias úteis fora do expediente forense.

No que diz respeito ao indeferimento da petição inicial e à improcedência liminar do pedido, julgue os itens seguintes.

88. Tanto no caso de indeferimento da petição inicial como no caso de improcedência liminar do pedido,

temos sentença, recorrível por apelação, que é retratável pelo juízo no prazo de 5 dias.

89. O juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de Súmula de Tribunal de Justiça sobre direito local.

No que diz respeito à temática das provas no Código de Processo Civil, julgue o item seguinte.

90. O juiz poderá inverter o ônus da prova de fato constitutivo do direito quando verificar que o réu tem maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário.

91. A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

Em relação aos recursos, julgue os itens seguintes:

92. O recurso adesivo não se subordina ao recurso principal, de modo que será conhecido mesmo se houver desistência do recurso principal ou se ele for considerado inadmissível.

93. A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 dias.

No que diz respeito à execução de título executivo extrajudicial, julgue os itens seguintes.

94. Constitui título executivo extrajudicial o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas.

95. Ao despachar a inicial no caso de execução por quantia certa o juiz irá fixar, de plano, honorários advocatícios de 15% a serem pagos pelo executado, que será reduzido pela metade em caso de pagamento no prazo de 3 dias.

DIREITO PENAL

96. Situação hipotética: José, brasileiro, munido de uma faca, atenta contra a vida do Presidente da República, na cidade de Buenos Aires (Argentina), quando o Presidente se encontrava em viagem oficial. Apesar da empreitada criminosa, o Presidente sobrevive.

Assertiva: neste caso, será aplicável a lei penal brasileira, tratando-se de extraterritorialidade incondicionada, de forma que José responderá de acordo com a lei penal brasileira ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

97. Abolition criminis e continuidade típico-normativa não se confundem: na primeira, há a descriminalização do delito; na segunda, apenas a supressão formal do tipo, mas a conduta continua sendo considerada criminosa, em outro tipo penal.

98. A lei penal benéfica possui eficácia retroativa, aplicando-se aos fatos praticados antes de sua entrada em vigor, salvo se já tiverem sido decididos por sentença penal transitada em julgado.

99. Situação hipotética: José praticou um crime de furto simples, com pena de 01 a 04 anos de reclusão, e multa. No decorrer do processo criminal, contudo, sobreveio nova Lei, aumentando a pena do furto para 04 a 10 anos de reclusão, mas sem multa.

Assertiva: neste caso, cabe ao Juiz aplicar a lei que seja considerada, no todo, mais benéfica ao agente, sendo vedada a combinação das leis.

100. Há dolo direto de segundo grau quando o agente aceita o resultado como consequência necessária de sua conduta, embora não o deseje como fim último de sua conduta.

101. Ocorre erro sobre a pessoa quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa.

102. A falsificação material de testamento particular ou de livros mercantis configura falsificação de documento público.

103. É atípica a conduta de atribuir-se falsa identidade perante a autoridade policial, com a intenção de esconder sua vida pregressa, pois se trata de exercício legítimo da autodefesa.

104. No falso testemunho, se o agente se retrata e declara a verdade, antes da sentença, no próprio processo em que ocorreu o ilícito, haverá causa de exclusão da tipicidade.

105. Situação hipotética: José, servidor do TJ-AM, tinha a posse de um relógio valioso, pertencente a um particular, mas que estava sob a custódia do Estado por ter sido apreendido em diligência de busca e apreensão em determinado processo criminal. Por ter se apaixonado pelo relógio, José dele se apropriou.

Assertiva: neste caso, houve apropriação indébita, não havendo que se falar em peculato, dada a natureza do bem objeto da conduta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

106. O inquérito policial é dispensável ao ajuizamento da ação penal.

107. O arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia não impede que seja futuramente ajuizada a ação penal, desde que baseada em prova nova, conforme entendimento sumulado do STF.

108. Situação hipotética: José, residente em Magé-RJ, praticou um crime de ação penal privada contra Maria (residente em Campinas-SP), cuja pena cominada é de 01 a 03 anos de detenção, tendo o crime ocorrido em Manaus-AM.

Assertiva: nesta hipótese, caso Maria deseje ajuizar queixa-crime em face de José, a competência será do Juízo de Manaus-AM, apenas.

109. O corréu, no mesmo processo, não poderá intervir como assistente de acusação, conforme disposição expressa do CPP.

110. Conforme entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, caso um Prefeito pratique peculato, apropriando-se de verbas federais transferidas à municipalidade, mas ainda sujeitas a prestação de contas perante órgão federal, a competência para o processo e julgamento do referido crime será do TRF da região em que estiver localizado o Município por ele administrado.

111. O Juiz será considerado impedido de atuar quando for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes, eis que tal fato é capaz de macular a necessária imparcialidade do magistrado.

112. O Juiz pode, mesmo antes de iniciada a ação penal, determinar, ex officio, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.

113. Situação hipotética: José subtraiu o celular de um pedestre e fugiu, mas foi perseguido por um cidadão que havia presenciado o fato criminoso, tendo sido capturado pelo referido cidadão, que lhe deu voz de prisão.

Assertiva: no presente caso, houve flagrante presumido, e o cidadão agiu dentro da Lei, pois tinha a possibilidade de efetuar a prisão em flagrante, embora não fosse obrigado a tal.

114. A prisão preventiva é cabível no caso de ser o agente reincidente em crime doloso, desde que a pena máxima cominada ao crime imputado seja superior a 04 anos de privação da liberdade.

115. O exame de corpo de delito é indispensável nos crimes que deixam vestígios, não podendo supri-lo a confissão do acusado. Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

116. Situação hipotética: José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de extorsão, cuja pena cominada é de 04 a 10 anos de reclusão e multa. Determinada a citação, José foi pessoalmente citado em sua residência.

Assertiva: neste caso, José terá o prazo de 10 dias para apresentar resposta à acusação, podendo arrolar testemunhas, até o máximo de 08.

117. É válida a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição, desde que comprovado que o Juízo não conhecia o paradeiro do réu.

118. Estando o acusado no estrangeiro, em lugar conhecido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o processo e o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

119. No rito do Júri, caso o Juiz não esteja convencido da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado, sendo cabível o recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, para impugnar tal decisão.

120. É incabível o manejo de habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada, conforme entendimento sumulado do STF.

Preencha o Gabarito!

<https://estr.news/Simulado-TJ-AM-Analista-20-07>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE